

3ª VICE-PRESIDÊNCIA

CONCILIAÇÃO E INOVAÇÃO em foco



DESTAQUES

Terceira Vice-Presidência do TJMG inicia expansão do Projeto Paternidade para Todos



FOTO: DIVULGAÇÃO/TJMG

Projeto Meu Lar promove mais de 160 audiências de conciliação em Uberlândia



FOTO: DIVULGAÇÃO/TJMG

3ª Vice-Presidência do TJMG homologa acordo de reparação sobre barragens em Nova Lima



FOTO: DIVULGAÇÃO/TJMG

Iniciativa desenvolvida pelo CEJUSC de Águas Formosas é reconhecida pela OCDE



FOTO: MIRNA DE MOURA/TJMG

A 3ª Vice-Presidência do Tribunal de Justiça de Minas Gerais atua para ampliar, ao longo da gestão 2022/2024, o Projeto “Paternidade para Todos” nas comarcas mineiras. A iniciativa consta da Portaria Conjunta nº 1.418/PR/2022, publicada em 06/12, que trata do projeto “Paternidade para Todos” no âmbito dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejuscs) mineiros.

O objetivo é interiorizar o serviço de reconhecimento de paternidade (SRP).

O Projeto venceu o “X Prêmio Conciliar é Legal” do Conselho Nacional de Justiça - CNJ e o Prêmio “Cultura da Paz de 2021”, promovido pela Ordem dos Advogados do Brasil Seção Rio de Janeiro - OABRJ.

[SAIBA MAIS](#)

O TJMG, por meio da sua 3ª Vice-Presidência, em parceria com a Companhia de Habitação do Estado de MG (Cohab Minas), realizou, entre os dias 24 e 27 de janeiro, na Comarca de Uberlândia, mais uma etapa do Projeto Meu Lar. Para o evento, foram agendadas 162 audiências de conciliação, com um percentual de acordos de 95%. As audiências aconteceram no Fórum de Uberlândia.

Além das sessões conciliatórias, foram entregues 10 escrituras definitivas e iniciados os trâmites para a emissão de outras 06, que deverão ser entregues nos próximos seis meses. Em razão da alta demanda, o CEJUSC de Uberlândia também agendou, para o mês de março, outras 15 audiências de conciliação relacionadas com o projeto.

A Des. Maria das Graças Rocha Santos representou a 3ª Vice-Presidente do TJMG, Des. Ana Paula Nannetti Caixeta.

[SAIBA MAIS](#)

O TJMG homologou, no dia 15/12/2022, por meio do CEJUSC de 2º Grau, acordo entre o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), Defensoria Pública Estadual, a mineradora Vale e o município de Nova Lima. A audiência foi conduzida pela 3ª Vice-Presidente do TJMG, Des. Ana Paula Nannetti Caixeta, e pelo Coordenador Adjunto do Cejuscs de 2º grau, Desembargador Marco Aurélio Ferrara Marcolino.

Segundo a Desembargadora Ana Paula Nannetti Caixeta, o processo de mediação trouxe “pacificação para descaracterização da estrutura da barragem B3/B4 situada em Macacos (distrito de Nova Lima), com investimento de cerca de R\$ 700 milhões pela Vale, somados ao acordo desta quinta-feira (15/12), de R\$ 500 milhões, para os pleitos contidos nas ações civis públicas”.

[SAIBA MAIS](#)

O projeto Cidadania, Democracia e Justiça ao Povo Maxakali, em desenvolvimento há três anos na comarca de Águas Formosas, por meio do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejuscs) local, é um dos 10 selecionados pelo Observatório da Inovação no Setor Público (Observatory of Public Sector Innovation), da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O resultado foi divulgado no dia 15/2. A iniciativa, única representante do Brasil, foi eleita como case de inovação na categoria “*Novos métodos para preservar identidades e robustecer a equidade*”.

O projeto, estruturado no artigo 231 da Constituição Federal e na Resolução 454/2022 do CNJ, demonstra a importância dos serviços prestados pelos CEJUSCs para o atendimento das populações indígenas, quilombolas e demais povos tradicionais

[SAIBA MAIS](#)

CONHECENDO A 3ª VICE



CENTRO JUDICIÁRIO
DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA

Os CEJUSCs são unidades do Poder Judiciário às quais compete, preferencialmente, a realização das sessões e audiências de conciliação e de mediação, bem como o atendimento e a orientação aos cidadãos (artigo 8º da Resolução nº 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça). Os CEJUSCs abrangem três setores: pré-processual, processual e de cidadania.



CENTRO JUDICIÁRIO
DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA

Visita Técnica à UFMG



FOTO: DIVULGAÇÃO/TJMG

No dia 09/02/2023, a Terceira Vice-Presidência do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) realizou uma visita técnica à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) para discutir a realização do Fórum Nacional de Mediação e Conciliação (FONAMEC), que acontecerá em abril de 2023.

Durante a visita, foi enfatizada a importância da parceria entre o TJMG e a UFMG para a promoção de iniciativas que visem à disseminação de conhecimentos e experiências relacionados aos métodos autocompositivos. A Terceira Vice-Presidente do TJMG, Desembargadora Ana Paula Nannetti Caixeta, o Juiz Auxiliar, Dr. Marcus Vinicius Mendes do Valle e a assessora Mariana Horta Petrillo foram recebidos pelo Diretor da Faculdade de Direito da UFMG, Dr. Hermes Guerrero.

Visitas de apoio técnico aos CEJUSCs

As Comarcas de Nova Lima, Pedro Leopoldo, Almenara, Jequitinhonha, Araçuaí e Novo Cruzeiro receberam as primeiras visitas técnicas de apoio aos CEJUSCs de 2023.

O objetivo das visitas é orientar e auxiliar na padronização das atividades realizadas nos CEJUSCs, bem como avaliar a qualidade dos serviços prestados e identificar eventuais necessidades de aprimoramento para proporcionar uma melhor entrega dos serviços ao cidadão.

Durante as visitas, a equipe do Serviço de Apoio ao Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (SEANUP) busca conhecer as boas práticas implantadas nas comarcas e trocar experiências com os profissionais responsáveis pelos CEJUSCs.



Visita técnica no PAPRE da Comarca de Araçuaí instalado no município de Padre Paraíso, ocorrida dia 06/02/2023. Na imagem, Dr. Jorge Arbex Bueno (Juiz Coordenador do Cejusc de Araçuaí), Diego Ferdinando Mendes Oliveira (Prefeito do Município de Padre Paraíso), Thiago (Coordenador do Papre), Dr. Rafael (Procurador do Município) e equipe integrante do Papre de Padre Paraíso.



Visita técnica no PAPRE da Comarca de Araçuaí instalado no município de Ponto dos Volantes, ocorrida no dia 06/02/2023. Na imagem, Marcela e Leticia, colaboradoras do PAPRE.



Visita técnica no PAPRE da Comarca de Araçuaí instalado no município de Itinga, ocorrida no dia 06/02/2023. Na imagem, Pierre (assessor do Prefeito de Itinga), Joice (atendente do Papre), Ivys (coordenador do Papre), João Bosco (Prefeito de Itinga) e Dr. Wesley (Procurador de Itinga).



Visita técnica no PAPRE da Comarca de Araçuaí instalado no município de Virgem da Lapa, ocorrida no dia 07/02/2023. Na imagem, Lahís Ahime Ramalho Sá (Secretária de Assistência Social de Virgem da Lapa), Diógenes Timo Silva (Prefeito de Virgem da Lapa), e as colaboradoras do Papre Silar e Raquel



Visita técnica no CEJUSC da Comarca de Araçuaí, ocorrida no dia 07/02/2023. Na imagem, os colaboradores do setor Ivys, Angela e Luiz.



Visita técnica no CEJUSC da Comarca de Novo Cruzeiro. Na imagem, a estagiária de pós-graduação Isadora, a colaboradora terceirizada Livia, a Juíza Coordenadora do CEJUSC Dra. Samira da Cunha Ribeiro Moraes e a Gerente de Secretaria Roseli.



Visita técnica no CEJUSC da Comarca de Almenara, ocorrida no dia 06/02/2023. Na imagem, o Juiz Coordenador, Dr. Luís Eduardo Araújo Santos, a assistente Ana Flávia Cabral Fernandes, e a estagiária Letícia da Silva Porto.



Visita técnica no CEJUSC da Comarca de Jequitinhonha, ocorrida no dia 08/02/2023. Na imagem, o Juiz Coordenador, Dr. Luiz Ricardo Alves Tavares; a assistente do Cejusc, Fabrícia dos Santos Dutra; a gerente de secretaria Mônia Mares Barreto; e a assessora Flávia Vieira Costa.



Visita técnica no CEJUSC da Comarca de Nova Lima, ocorrida no dia 02/02/2023. Na imagem, a Juíza Coordenadora, Dra. Maria Juliana Albergaria dos Santos Costa, a assistente administrativa Silvia dos Anjos Miguel Rodrigues de Oliveira e as estagiárias Bárbara Giovana Nonato e Maria Fernanda, colaboradoras do Cejusc.

Cejusc de Ribeirão das Neves realiza mutirão de casamentos



FOTO: DIVULGAÇÃO/TJMG

O Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania (Cejusc) da Comarca de Ribeirão das Neves realizou seu primeiro mutirão de conversão de união estável. Ao todo, 70 casais regularizaram a situação civil e, no dia 1º de março, outros 72 casais participarão da segunda parte do mutirão. Entre os casamentos realizados, 32 foram com reclusos do sistema penal, que participaram por meio de videoconferência, diretamente das unidades prisionais.

[SAIBA MAIS](#)

Processos Circulares para Grupos do TJMG



FOTO: DIVULGAÇÃO/TJMG

Os círculos para trabalhadores do TJMG continuam sendo oferecidos, com o objetivo de promover trocas e interações entre os trabalhadores.

Um feedback recente de um dos participantes ilustra a importância desses encontros:

“Foi ótimo! Fico muito agradecida pela oportunidade de acolhimento, partilha e crescimento. A participação no Círculo me faz sentir integrada no TJ, me faz perceber como posso agir para levar alguma melhoria ao meu ambiente de trabalho, me faz mais confiante e proativa.”

Na esfera criminal, com o intuito de contribuir com a segurança jurídica, por meio do sistema de precedentes previsto no artigo 1.036 do CPC, a Terceira Vice-Presidência encaminhou os seguintes grupos de representativos para o Superior Tribunal de Justiça:

Grupo de Representativos nº 19: Controvérsia:

Da ocorrência, ou não, da reformatio in pejus, quando o Tribunal estadual, em sede de apelação exclusiva da defesa, inova na fundamentação empregada na dosimetria da pena ou na fixação do regime prisional inicial, sem contudo agravar a situação final do réu.

Grupo de representativos nº 24:

Controvérsia: (Im)prescindibilidade do laudo toxicológico definitivo, assinado por perito, para a comprovação da materialidade do delito de tráfico de drogas. (inclui a discussão sobre a validade do laudo preliminar).

Grupo de representativos nº 26:

Controvérsia: Possibilidade de utilização da quantidade e natureza das drogas apreendidas para definir a fração da minorante do tráfico privilegiado, prevista no artigo 33, § 4º, da Lei 11.343/06.

Grupo de representativos nº 27:

Controvérsia: Possibilidade de comprovação da materialidade do crime de tráfico de drogas sem a apreensão de drogas ilícitas.

Comitê de Justiça Restaurativa realiza primeira reunião de 2023



Crédito: Cecília Pederzoli/TJMG

FOTO: DIVULGAÇÃO/TJMG

A 3ª Vice-Presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, Desembargadora Ana Paula Nannetti Caixeta, conduziu, no dia 13/2, a primeira reunião do Comitê de Justiça Restaurativa (COMJUR) de 2023. O colegiado foi criado por meio da Resolução nº 971/21, que implantou o Programa de Justiça Restaurativa no TJMG a fim de estimular e normatizar essa prática no Estado.

Durante a reunião, foram apresentadas sugestões para difundir e expandir a Justiça Restaurativa no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Minas. Segundo a 3ª Vice-Presidente do TJMG e Presidente do COMJUR, desembargadora Ana Paula Nannetti Caixeta, o Comitê exerce importante papel com a troca de experiências entre seus integrantes para a promoção da expansão da Justiça Restaurativa de modo intersetorial.

[SAIBA MAIS](#)

3ª Vice-Presidência do TJMG realiza reunião do Nuiref



Crédito: Riva Moreira/TJMG

A 3ª Vice-Presidência do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) recebeu, no dia 10/02, representantes das instituições parceiras que compõem o Núcleo Interinstitucional de Regularização Fundiária (Nuiref), criado em 2021, por meio do Acordo de Cooperação Técnica 248/2021, com o objetivo de promover ações referentes à temática da regularização fundiária em Minas Gerais.

Participam do Nuiref, além do Tribunal, por intermédio da 3ª Vice-Presidência e da Corregedoria-Geral de Justiça, o Ministério Público de Minas Gerais, por intermédio da Coordenadoria Estadual das Promotorias de Justiça de Habitação e Urbanismo; o Governo de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SEDE/MG); a Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte (Agência RMBH); a Defensoria Pública de Minas Gerais; o Colégio Registral Imobiliário de Minas Gerais; a Associação Mineira dos Municípios, Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais (Cohab), da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) e da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa) e a Ordem dos Advogados do Brasil – Seção de Minas Gerais (OAB/MG).

[SAIBA MAIS](#)

CEJUSCs Especializados

No último trimestre de 2022, os CEJUSCs do 2º Grau, Família, Social e Virtual agendaram um total de 851 audiências de conciliação processual. Desse número, 524 audiências foram realizadas e 84 acordos foram alcançados. O valor total acordado no período foi de R\$ 500.792.224,69.

[SAIBA MAIS](#)



DATA	ATIVIDADE
02/02/2023	Círculos para trabalhadores do TJMG
10/02/2023	8ª Reunião do NUIREF
13/02/2023	6ª Reunião do COMJUR
16/02/2023	Círculos para trabalhadores do TJMG
27/02/2023	Início da etapa teórica do curso de capacitação em Conciliação - Turma 18
03/03/2023	Webnário de Superendividamento
07/03/2023	CEJUSC Itinerante no Município de Ouro Verde de Minas
09/03/2023	CEJUSC Itinerante no Município de Itabirinha
14/03/2023	Live Aspectos Práticos da Regularização Fundiária Urbana (REURB) em Minas Gerais

3ª Vice-Presidência participa da 1ª Edição do Café com Inovação, realizado pelo TJMG



Crédito: Cecília Pederzoli/TJMG

O Presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, Desembargador José Arthur de Carvalho Pereira Filho, a Terceira Vice-Presidente, Desembargadora Ana Paula Nannetti Caixeta, e outros integrantes da Alta Direção do TJMG, participaram, no dia 30/01/2023, da 1ª Etapa do Café com Inovação, ação educacional promovida pela Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef), atendendo à demanda da Unidade Avançada de Inovação em Laboratório (UAILab).

Realizado na “Skema Business School”, em Belo Horizonte, o evento abordou o tema “Como a integração e a cocriação podem ser fundamentais na transformação do serviço e das instituições públicas”, abordado pelo palestrante - o educador, pesquisador e empresário Louis Burlamaqui. O objetivo do evento foi oferecer novas ferramentas aos participantes para que sejam, cada vez mais, capazes de reconhecer a importância da inovação no Judiciário. A ação foi destinada a Desembargadores, juízes auxiliares da Presidência, juízes auxiliares das Vice-Presidências e juízes auxiliares da Corregedoria.

[SAIBA MAIS](#)